



**LEI MUNICIPAL Nº 4.208, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.**

*Autoriza o Executivo a realizar Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários com o seu RPPS.*

**GIL MARQUES FILHO**, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER** que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** Fica autorizado o Executivo Municipal a realizar Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e celebrar Acordo de Parcelamento desses débitos com o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Itaqui – FAPS relativo ao débito das contribuições previdenciárias, parte patronal, devidas e não repassadas pelo Município, todas referentes ao Regime Previdenciário (Capitalização), das competências compreendidas entre Março até Novembro de 2016, em até sessenta (60) prestações mensais, iguais e consecutivas, observado o disposto no artigo 5º, da Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) nº 402/2008, na redação dada pelas Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

**Parágrafo Único.** O parcelamento autorizado pelo *caput* deste artigo não alcança débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

**Art. 2º** Para apuração do montante devido especificado no artigo 1º, desta Lei os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% por cento ao ano, calculados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, conforme preceitua dispositivo da Lei Municipal nº 3.107/2006.

**§ 1º** As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% ao ano,

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo até o mês do pagamento.


**§ 2º** As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de juros 12% ao ano e multa de dois por cento (2,00%), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

**Art. 3º** Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

**Parágrafo Único.** A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2016.**

  
**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO:**

**Período:** 07/12/2016 a 21/12/2016

**LOCAL:** ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL